

1. O Conselho Gestor do Programa Bolsa Família é composto pelos titulares dos seguintes órgãos e entidades:
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Fazenda; Casa Civil da Presidência da República; e Caixa Econômica Federal.
  - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Caixa Econômica Federal.
  - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Casa Civil da Presidência da República.
  - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Casa Civil da Presidência da República; e Caixa Econômica Federal.
2. É competência dos Municípios, na gestão do Programa Bolsa Família:
- Constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família; proceder à inscrição das famílias pobres do Município no Cadastramento Único do Governo Federal; promover ações que viabilizem a gestão intersetorial; disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde; garantir apoio técnico-institucional para a gestão local do programa; constituir órgão de controle social; estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para oferta de programas sociais complementares; e promover, em articulação com a União e os Estados, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.
  - Constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação e assistência social, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família; proceder à inscrição das famílias pobres do Município no Cadastramento Único do Governo Federal; promover ações que viabilizem a gestão intersetorial; disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde; garantir apoio técnico-institucional para a gestão local do programa; constituir órgão de controle social; estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para oferta de programas sociais complementares; e promover, em articulação com a União e os Estados, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.
  - Constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação e assistência social, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família; proceder à inscrição das famílias pobres do Município no Cadastramento Único do Governo Federal; promover ações que viabilizem a gestão intersetorial; disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde; garantir apoio técnico-institucional para a gestão local do programa; estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais, para oferta de programas sociais complementares; e promover, em articulação com a União e os Estados, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.
3. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo: São deveres do Assistente Social nas suas relações com o usuário:
- (...) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;**
- (...) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados o princípios do Código de Ética Profissional.**
- (...) Bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.**
- (...) Exercer sua autoridade de maneira limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.**
- A sequência correta é:
- V, F, F, F.
  - F, V, F, V.
  - V, V, V, V.
  - V, V, F, F.
4. Pela Constituição da República Federativa do Brasil, é considerado vedado a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
- Incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.
  - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.
  - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.
  - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

5. Com referência ao sigilo profissional é permitido ao Assistente Social:
- Proteger o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tomar conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional; quando em trabalho multidisciplinar prestar informações dentro dos limites do estritamente necessário, sendo permitida a quebra do sigilo profissional, quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolver ou não fatos delituosos, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
  - Proteger o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tomar conhecimento; quando em trabalho multidisciplinar prestar informações dentro dos limites do estritamente necessário, sendo permitida a quebra do sigilo profissional, quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolver ou não fatos delituosos, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
  - Proteger o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tomar conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional; quando em trabalho multidisciplinar prestar informações quando necessário, sendo permitida a quebra do sigilo profissional, quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolver ou não fatos delituosos, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
  - Proteger o usuário em tudo aquilo de que o Assistente Social tomar conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional; quando em trabalho multidisciplinar prestar informações dentro dos limites do estritamente necessário, não sendo permitida a quebra do sigilo profissional, nem quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolver ou não fatos delituosos, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
6. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, são direitos sociais:
- A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a assistência aos desamparados.
  - A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança.
  - A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
  - A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social.
7. Os conselhos de assistência social têm a função de convocar as conferências de assistência social. O CNAS convoca a Conferência Nacional de Assistência Social ordinariamente, de quatro em quatro anos, ou extraordinariamente, com o objetivo de:
- Avaliar a situação da assistência social no Brasil e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
  - Avaliar a situação da assistência social no Brasil.
  - Propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
  - Nenhuma das alternativas anteriores.
8. De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/ SUAS, a composição da equipe mínima de referência que trabalha no CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios devem contar sempre com um coordenador, cujo perfil é: técnico de nível superior, servidor público efetivo do município ou DF, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, além de uma equipe técnica, composta pela referência:
- Municípios de Pequeno Porte I – Até 2.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente; social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Municípios de Pequeno Porte II – Até 3.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal - a cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.
  - Municípios de Pequeno Porte I – Até 1.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente; social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Municípios de Pequeno Porte II – Até 2.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal - a cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.
  - Municípios de Pequeno Porte I – Até 3.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente; social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Municípios de Pequeno Porte II – Até 4.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal - a cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.
  - Municípios de Pequeno Porte I – Até 500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente; social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. Municípios de Pequeno Porte II – Até 1.000 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio. Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal - a cada 2.500 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.
9. O sistema de garantia de direitos consiste num conjunto de instituições das políticas de atendimento:
- CREAS; conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude); Ministério Público; Defensoria Pública; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc).
  - Conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário

(Vara da Infância e da Juventude); Ministério Público; Defensoria Pública; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc).

- c) CREAS; conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude); Defensoria Pública; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc).
- d) CREAS; conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude); Ministério Público; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc).

10. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:

**(...) O CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. O CRAS é o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica.**

**(...) O CRAS constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social.**

**(...) O CRAS é o lugar que possibilita, em geral, o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e, portanto, à proteção social. Estrutura-se, assim, como porta de entrada, unificada dos usuários da política de assistência social para a rede de proteção básica e referência para encaminhamentos à Proteção Especial.**

**(...) O CRAS é a unidade local do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Desempenha papel central no território onde se localiza ao constituir a principal estrutura física local, cujo espaço físico é compatível com o trabalho social com famílias que vivem no seu território de abrangência e conta com uma equipe profissional de referência.**

A sequência correta é:

- a) V, V, V, V.
- b) F, F, F, F.
- c) V, F, V, V.
- d) V, V, F, F.

11. A abrangência de atendimento do CREAS pode ser de acordo com o porte, nível de gestão e demanda dos municípios, além do grau de incidência e complexidade das situações de risco e violação de direito:

- a) Local
- b) Regional
- c) Local ou regional
- d) Nenhuma as alternativas anteriores.

12. Ao Ministério da Cultura compete, em conjunto com seus órgãos e entidades vinculadas, criar programa de âmbito nacional, visando à:

- a) Garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais.

- b) Garantir ao idoso a participação no processo de produção dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais.

- c) Garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais.

- d) Garantir ao idoso a participação no processo de reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural.

13. A gestante, através do Sistema Único de Saúde, tem assegurado o atendimento pré e perinatal:

- a) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

- b) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, obedecendo-se aos princípios de regionalização, universalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

- c) A gestante tem direito aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

- d) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, obedecendo-se aos princípios de regionalização, universalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

14. É atribuição do Sistema Único de Saúde promover:
- Programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e adolescente, campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos, além de promover campanhas de vacinação em crianças nos recomendados pelas autoridades sanitárias.
  - Programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e adolescente, campanhas de educação sanitária para pais, educadores, alunos, agentes de saúde, além de promover campanhas de vacinação em crianças nos recomendados pelas autoridades sanitárias.
  - Programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil e adolescente, campanhas de educação sanitária para pais, educadores, alunos, agentes de saúde, além de promover campanhas de vacinação em crianças nos recomendados pelas autoridades públicas sanitárias.
  - Programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos, além de promover campanhas de vacinação em crianças nos recomendados pelas autoridades sanitárias.

15. No Estatuto do idoso é assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe:
- O acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
  - O acesso universal, igualitário e com equidade, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
  - O acesso universal, igualitário e com equidade, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
  - O acesso universal, igualitário e com equidade, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

16. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
- (...) **É atribuição do Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.**
- (...) **Os planos de saúde que atendem pessoas idosas estão autorizados a cobrança de valores diferenciados em razão da idade.**
- (...) **Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.**
- (...) **Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.**
- A sequência correta é:
- V, F, V, F.
  - V, V, F, V.

- V, F, V, V.
- V, V, F, F.

17. É entendido por saúde do trabalhador, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à:
- Promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
  - Promoção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
  - Proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
  - Prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

18. A articulação das políticas e programas de Saúde, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:
- Alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
  - Alimentação; saneamento; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
  - Nutrição; meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
  - Alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.

19. Os avanços da profissão no Brasil foram:
- Até a década de 70, a profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1970, avançando com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos de 1980, o Serviço Social também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão vem negando seu histórico de conservadorismo e afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.
  - Até a década de 70, a profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1980, estabilizando com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos de 1980, o Serviço Social também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão vem negando seu histórico de conservadorismo e afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.
  - Até a década de 70, a profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1970, avançando com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos

anos de 1980, o Serviço Social foram grandes os avanços, também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão sem negar seu histórico de conservadorismo e afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.

- d) Até a década de 70, a profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1970, avançando com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos de 1980, o Serviço Social foram grandes os avanços, também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão sem negar seu histórico de conservadorismo e reflete um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.

**20.** Com ênfase nas ideias de Mary Richmond e nos fundamentos do Serviço Social de Caso, a técnica está a serviço da doutrina social da Igreja. A emergência e institucionalização do Serviço Social como especialização do trabalho ocorre nos anos:

- a) 20 e 30, sob influência católica europeia.
- b) 30 e 40, sob influência católica europeia.
- c) 40 e 50, sob influência católica europeia.
- d) 50 e 60, sob influência católica europeia.

**21.** Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:

**(...) A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das atribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.**

**(...) As unidades de ensino devem credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.**

**(...) Somente os estudantes de Serviço social, sob supervisão direta e indireta de Assistente Social, poderão realizar estágio de Serviço Social.**

**(...) A carteira de identidade profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.**

A sequência correta é:

- a) V, F, F, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, V, V, V.
- d) V, V, F, V.

**22.** São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

- a) Ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

- b) Ter acesso a tratamento do sistema de saúde, ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

- c) Ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

- d) Ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

**23.** A Lei 7853/89, assegura as pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, considerando direitos básicos:

- a) Educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo à infância e à juventude, entre outros decorrentes da Constituição Federal e outras leis que normatizem o bem-estar pessoal, social e econômico.
- b) Educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo à infância e à maternidade, entre outros decorrentes da Constituição Federal e outras leis que normatizem o bem-estar pessoal, social e econômico.
- c) Educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo à infância, à juventude e velhice, entre outros decorrentes da Constituição Federal e outras leis que normatizem o bem-estar pessoal, social e econômico.
- d) Nenhuma das anteriores.

**24.** A pessoa com deficiência é garantido o acesso à:

- a) Inclusão no sistema educacional das escolas especiais.
- b) Inclusão no sistema educacional das escolas privadas.
- c) Inclusão no sistema educacional das escolas especiais, privadas e públicas.
- d) Inclusão no sistema educacional das escolas públicas.

25. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:  
 (...) **O Benefício de Prestação Continuada – BPC é o benefício destinado à pessoa com deficiência e ao idoso com 55 (cinquenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.**  
 (...) **O Benefício de Prestação Continuada – BPC é o benefício destinado à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.**  
 (...) **O Benefício de Prestação Continuada – BPC é o benefício destinado à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.**  
 (...) **O Benefício de Prestação Continuada – BPC é o benefício destinado à pessoa com deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.**  
 A sequência correta é:  
 a) F, V, F, V.  
 b) F, F, F, V.  
 c) V, F, V, F.  
 d) V, V, F, V.
- 
26. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:  
 (...) **Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.**  
 (...) **Serão asseguradas às mulheres algumas condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.**  
 (...) **O poder público desenvolve políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres, no âmbito das relações familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.**  
 (...) **Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos das mulheres vítimas de violência.**  
 A sequência correta é:  
 a) V, F, V, F.  
 b) V, V, F, V.  
 c) V, F, V, V.  
 d) V, F, F, V.
- 
27. O SUAS prevê o fortalecimento de uma rede de proteção social, por meio de garantias sociais que orientam as ações que deverão estar contidas nas metodologias de trabalho com família que garantam a segurança de:  
 a) Acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.  
 b) Acolhida; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.  
 c) Renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.  
 d) Acolhida; renda; convívio ou vivência familiar; desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.
- 
28. Como preconiza o Código de Ética Profissional, é dever do Assistente Social nas suas relações com os usuários:  
 a) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.  
 b) Burocratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.  
 c) Inibir as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.  
 d) Internalizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
- 
29. Na medida em que, no Brasil, tornam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo – privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc., nesta mesma medida fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente:  
 a) Ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.  
 b) A parceria (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.  
 c) Ao emparelhamento (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.  
 d) A aniquilação (ético, teórico, ideológico, político e prático social) do neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população.
- 
30. O Assistente Social desenvolve sua intervenção pautada no Código de Ética da profissão, e em consonância com os princípios do SUAS, que visa:  
 a) À universalidade, integralidade, equidade, participação social e a descentralização.  
 b) À universalidade, subalternidade, integralidade, equidade, participação social e a descentralização.  
 c) À universalidade, subalternidade, integralidade, equidade, igualdade, participação social e a descentralização.  
 d) À universalidade, subalternidade, integralidade, equidade, igualdade, fraternidade, participação social e a descentralização.
- 
31. Complete as lacunas abaixo de acordo com a norma da culta da língua:  
**Após o \_\_\_\_\_ do vendedor, meu tio está \_\_\_\_\_ em vingança.**  
 a) Deslize – obcecado.  
 b) Deslize – obsecado.  
 c) Deslize – obcecado.  
 d) Deslize – obsecado.

32. Acerca da utilização do acento indicador de crase, analise as afirmativas abaixo:
- I. **As crianças atravessaram o rio à nado.**
  - II. **Às vezes me dá uma vontade de dançar.**
- a) Apenas I está correta.
  - b) Apenas II está correta.
  - c) I e II estão corretas.
  - d) I e II estão incorretas.
- 
33. Há erro de flexão em:
- a) Havia três escrivães na sala de espera.
  - b) No filme, diferentemente dos quadrinhos, aparecem só três vilãos.
  - c) Os atores dessa peça são dois anões.
  - d) Naquele rochedo é possível ver falcões voando.
- 
34. Aponte a alternativa em que NÃO há conotação:
- a) O Sol nasceu muito cedo ontem.
  - b) Aquele homem tem um coração de pedra!
  - c) Os braços de três cadeiras vieram quebrados.
  - d) As crianças têm aula de música na escola.
- 
35. O termo em destaque na oração abaixo se classifica sintaticamente como:
- A menina machucou-se com o estilete.**
- a) Objeto direto.
  - b) Objeto indireto.
  - c) Predicativo do sujeito.
  - d) Predicativo do objeto.
- 
36. Segundo a norma culta, o pronome em destaque está empregado incorretamente em:
- a) Nada preocupa-me tanto.
  - b) Deus me livre!
  - c) Quero-lhe muito bem.
  - d) Isto o aborreceu muito.
- 
37. Assinale a alternativa incorreta quanto à concordância verbal:
- a) São vinte e dois de abril.
  - b) Deve haver várias razões para ela ter essa atitude.
  - c) Sara ou Paula será a ganhadora da bolsa de estudos.
  - d) Era cinco horas da tarde quando nos encontramos.
- 
38. Aponte a alternativa incorreta quanto à regência nominal:
- a) Esse creme é inferior ao que uso.
  - b) A invasão de propriedade é proibida.
  - c) Ela analisou longas monografias e livros estrangeiros.
  - d) Haja visto que ele ganhou o campeonato.
- 
39. Assinale a alternativa incorreta quanto à regência verbal:
- a) Você ainda não assistiu a essa peça?
  - b) O ministro não atendeu o paciente.
  - c) Ele atingiu ao sucesso.
  - d) Você torce por que time?
- 
40. Acerca da concordância nominal, analise as afirmativas abaixo:
- I. **Ele disse durante o discurso: - Muito obrigado mamãe.**
  - II. **Na feira comprei meia melancia e alguns limões.**
- a) Apenas I está correta.
  - b) Apenas II está correta.
  - c) I e II estão corretas.
  - d) I e II estão incorretas.
- 
41. **Sou favorável à sua proposta organizacional.** O termo em destaque se classifica como:
- a) Adjunto adnominal.
  - b) Adjunto adverbial.
  - c) Complemento nominal.
  - d) Agente da passiva.
- 
42. Há tempos o Oriente Médio é uma região conflituosa, envolvendo divergências por vários motivos. Desta forma, aponte o acontecimento contemporâneo que vem gerando instabilidade na região:
- a) A ocupação do Kuwait pelo Irã.
  - b) A saída das tropas russas do Iraque.
  - c) A ocupação da Líbia por Israel.
  - d) O desenvolvimento do programa nuclear do Irã.
- 
43. Em 2000, Estados Unidos e China firmaram um acordo para incentivar investimentos de empresas norte-americanas no território chinês. Porém, o acordo gerou protesto devido:
- a) Ao receio da União Europeia em perder oportunidades de comércio com a China.
  - b) Aos países da América do Sul questionarem os privilégios oferecidos aos Estados Unidos na China.
  - c) Aos trabalhadores chineses adotarem uma postura anti norte-americana.
  - d) Ao medo dos trabalhadores dos Estados Unidos de perder postos de trabalho.
- 
44. Qual é o número total de poltronas de um teatro, sabendo que em uma sessão havia 134 poltronas desocupadas e que as poltronas ocupadas correspondiam a terça parte do total de poltronas desse teatro?
- a) 197.
  - b) 186.
  - c) 201.
  - d) 246.
- 
45. Cinco homens trabalhando 12 horas por dia constroem 9.000 m de uma estrada em 18 dias. Quantas horas de trabalho por dia serão necessários para construir 6.000 m de estrada em 8 dias, sendo que contrataram mais 10 homens?
- a) 8 h/d.
  - b) 9 h/d.
  - c) 10 h/d.
  - d) 6 h/d.
- 
46. Marcando-se, sobre uma reta real, os pontos correspondentes às raízes da equação:  $\begin{vmatrix} x & x \\ 5 & x \end{vmatrix} = -4$ , obtém-se um segmento cujo comprimento mede, em cm:
- a) 4.
  - b) 3.
  - c) 2.
  - d) 1.
- 
47. Numa loja de revenda de pássaros 25% são sabiás, 40% são pintassilgos, 20% rouxinóis e ainda há 45 colibris. Quantos pássaros há para vender nessa loja?
- a) 300.
  - b) 250.
  - c) 400.
  - d) 150.

48. Uma geladeira sofre dois descontos sucessivos, o primeiro de 3% e o segundo de 5%. Que taxa única de desconto que daria o mesmo valor líquido?
- a) 9,95%.
  - b) 6,25%.
  - c) 8,75%.
  - d) 7,85%.
49. O volume de um paralelepípedo retângulo é  $192 \text{ m}^3$ . Qual é a área total desse paralelepípedo, sabendo que suas dimensões são proporcionais aos números 2, 3 e 4?
- a)  $548 \text{ m}^3$ .
  - b)  $180 \text{ m}^3$ .
  - c)  $208 \text{ m}^3$ .
  - d)  $360 \text{ m}^3$ .
50. Se o dobro da idade de Isabel é igual ao quadrado de sua idade menos 288, quantos anos ela tem?
- a) 21.
  - b) 17.
  - c) 25.
  - d) 18.